

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 193/2022
PROCESSO Nº 432/2022**

1. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Pato Branco, Estado do Paraná, **UASG 450996**, através do seu Prefeito **Robson Cantu**, por meio de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, **contendo itens com cota reservada para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e itens com cota reservada para participação de empresas em geral**, visando à aquisição do objeto abaixo especificado, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio do processo n.º 10825/2022, nas condições fixadas, sendo a licitação do tipo **“menor preço”**, com critério de julgamento **“menor preço por item”**, **considerando a apresentação de desconto linear incidente sobre a Média dos Preços de venda ao consumidor de cada item praticado no Estado do Paraná, divulgados pelo SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)** em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria.

1.2 - Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, acessado exclusivamente por meio eletrônico - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue:

1.2.1 - A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09 (NOVE) HORAS DO DIA 16 DE JANEIRO DE 2023.

1.3 - Referências de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.4 - O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal COMPRASNET através do site <http://https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1.5 - Os trabalhos serão conduzidos por servidora do Município de Pato Branco, denominada Pregoeira, designada pela Administração Municipal, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal COMPRASNET.

1.6 - O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e 13h30min às 17h30min, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: www.patobranco.pr.gov.br/ / <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1566, e-mail: licitacao2@patobranco.pr.gov.br.

2. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a implantação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, descritos na planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, sem BDI, do Estado do Paraná, referência 11-2022. Atendendo as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município, conforme condições e demais especificações estabelecidas no **Anexo I - Termo de Referência**, que é parte integrante deste edital, para todos os fins e efeitos.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 - A tabela SINAPI é mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e informa os custos e índices da construção civil no Brasil, ela é separada por Estado e neste processo licitatório utilizamos a referência 11-2022 da Tabela SINAPI do Estado do Paraná.

3.2 - Optou-se por utilizar a tabela SINAPI por se tratar de uma planilha oficial da Caixa Econômica Federal onde os preços dos insumos são coletados pelo IBGE, que realiza a coleta dos dados e disponibiliza através da

referida planilha. Com isso o valor dos insumos da referida planilha está de acordo com os valores trabalhados no mercado.

3.3 - O fornecimento de materiais de construção tem como objetivo a realização de obras, manutenção corretiva e preventiva nos prédios públicos deste município.

3.4 - Entende-se para o Item 01(cota 25%) e Item 22(cota 75%) "Metalurgia e Derivados": Registra o valor para portão de ferro de abrir, portão de ferro de correr, grade com tubo, grade de ferro, estrutura metálica com tubo 30x40x1,20mm, guarda corpo, grelha metálica, gradil em tela de arame galvanizado e afins..

3.5 - Entende-se para o Item 02(cota 25%) e Item 23(cota 75%) "Carpintaria e Marcenaria": Registra o valor para artefatos de madeira de diversos tipos como assoalho, forro de madeira, cavaletes, beiral, ripas, rodapé, sarrafos, tábuas diversas, vigas, caibros, pontalotes, chapas em madeira compensada prensada ou plastificada, compensado naval, divisória em madeira, tacos, madeira serrada em pinus, e afins..

3.6 - Entende-se para o Item 03(cota 25%) e Item 24(cota 75%) "Aço e Ferragens": Registra o valor para vergalhão de aço CA50 diversas bitolas, vergalhão de aço CA-60 diversas bitolas, barras de aço, cantoneiras, arames, colunas de aço, treliça, grampos, hastes, telas de alambrado, tela soldada, tela nervurada, barra de ferro retangular e chata, viga I, viga H, viga U, perfil de aço laminado, rufos, calhas, tubos de aço retangular, tubo de aço redondo, chapas de aço e afins..

3.7 - Entende-se para o Item 04(cota 25%) e Item 25(cota 75%) "Cimento, Cal, Argamassa e Derivados de Concreto": Registra o valor para cal, cimento, argamassa, cal líquido, canaletas de concreto, blocos sextavados, piso intertravado, postes, elementos vazados, lajes pré-fabricadas, tubos de concreto, galerias, meio fio, concregrama, lajotas, palanques, caixas de passagem, caixas de esgoto, abrigos, grelhas de concreto, vigas de ponte e afins.

3.8 - Entende-se para o Item 05(cota 25%) e Item 26(cota 75%) "Blocos Cerâmicos e de Concreto": Registra o valor para blocos cerâmicos e blocos de concreto, das diversas medidas e formas.

3.9 - Entende-se para o Item 06(cota 25%) e Item 27(cota 75%) "Mármore e Granitos": Registra o valor de pedras de granito, pedra granítica, mármore, rodapé, bancadas, divisórias e afins.

3.10 - Entende-se para o Item 07(cota 25%) e Item 28(cota 75%) "Telhamento": Registra o valor para cumeeiras, telhas e afins.

3.11 - Entende-se para o Item 08(cota 25%) e Item 29(cota 75%) "Instalações Hidráulicas, Louças e Metais": Registra o valor de abraçadeira para canos de PVC, adaptadores de flange, adaptadores para mangueira, adesivos plásticos, anéis de borracha, borrachas de vedação, boias, caixas d'água, tubos de PVC, curvas, joelhos, luvas, hidrômetros, parafusos para fixação, ralos, registros de: esfera; gaveta e pressão, tampão em PVC, tee, engate flexível, sifão, válvulas, buchas, vedantes, vaso sanitário com e sem caixa acoplada, assento sanitário, cuba de banheiro, pia de banheiro, torneiras de plástico e metal e demais materiais utilizados na manutenção e conservação de sistemas hidráulicos e de esgoto.

3.12 - Entende-se para o Item 09(cota 25%) e Item 30(cota 75%) "Instalações Elétricas, Telefônica, Lógica, TV e Áudio": Registra o valor para barras de conduíte, buchas para fixação, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores, interruptores, luminárias, plafon, plug, quadros de distribuição, soquetes, spot, conectores, reatores, torneira elétrica, barramentos, fio e cabos, switches, roteadores, repetidores, modem, gateway, servidores e afins.

3.13 - Entende-se para o Item 10(cota 25%) e Item 31(cota 75%) "Impermeabilização e Isolamento Térmico": Registra o valor referente a manta asfáltica, emulsão acrílica, hidrofugantes, argamassa polimérica, calafetador, hidrorrepelente, poliestireno expandido, espuma de polietileno, espuma de polipropileno, lâ de vidro, manta aluminizada e afins.

3.14 - Entende-se para o Item 11(cota 25%) e Item 32(cota 75%) "Esquadrias e Acessórios": Registra o valor referente ao fornecimento de portas em alumínio e madeira de abrir e de correr, janelas de madeira, ferro e alumínio de abrir; de correr; tipo veneziana, caixilhos, batentes, guarnição, baguetes, junção, fechadura interna, fechadura externa, puxador, dobradiça, espuma expansiva, itens de fixação e afins.

3.15 - Entende-se para o Item 12(cota 25%) e Item 33(cota 75%) "Revestimentos e Acabamentos": Registra o valor referente a argamassas, azulejos, pisos cerâmicos, porcelanato, pastilhas, rejunte, espaçadores, areia fina, areia média, areia grossa e afins.

3.16 - Entende-se para o Item 13(cota 25%) e Item 34(cota 75%) "Vidros": Registra o valor referente ao fornecimento de diversos tipos de vidros de diversos milímetros, fornecimento de espelhos e componentes necessários para fixação.

3.17 - Entende-se para o Item 14(cota 25%) e Item 35(cota 75%) "Pintura e Acessórios": Registra o valor para

tinta esmalte sintético, tinta acrílica, tinta epóxi, tinta látex, fundo selador, verniz, solvente, massa corrida, textura, lixas, rolos, trincha, cabo extensor, bandejas, pincéis, fitas e afins.

3.18 - Entende-se para o Item 15(cota 25%) e Item 36(cota 75%) "Elementos em Gesso": Registra o valor para placas de gesso acartonado com uma e duas faces, guias para placas de gesso acartonado, placas de gesso para forro, moldura de gesso, sanca de gesso, gesso cola, gesso em pó, com guias e afins.

3.19 - Entende-se para o Item 16(cota 25%) e Item 37(cota 75%) "Prevenção de Incêndios": Registra o valor para extintores de incêndio, mangueiras de incêndio, hidrantes, esguichos, alarme de incêndio, iluminação de emergência, linha galvanizada, rede de gás, porta corta fogo, porta para saída de emergência, barra antipânico, sinalização de emergência e acessibilidade, spda e afins.

3.20 - Entende-se para o Item 17(cota 25%) e Item 38(cota 75%) "Sistemas de Drenagem Pluvial": Registra o valor para guias, sarjetas, boca de lobo, dissipador e afins.

3.21 - Entende-se para o Item 18(cota 25%) e Item 39(cota 75%) "Pavimentação Asfáltica": Registra o valor para ligantes betuminosos, emulsão asfáltica, asfalto frio em saco e afins.

3.22 - Entende-se para o Item 19(cota 25%) e Item 40(cota 75%) "Sinalização Horizontal de Vias": Registra o valor para tinta viária, tachões, segregadores, balizadores e afins.

3.23 - Entende-se para o Item 20(cota 25%) e Item 41(cota 75%) "Sinalização Vertical de Vias": Registra o valor para placas de sinalização e afins.

3.24 - Entende-se para o Item 21(cota 25%) e Item 42(cota 75%) "Locação de Equipamentos": Registra o valor referente a locação de equipamentos diversos utilizados na manutenção corretiva e preventiva, conservação, reformas, ampliações e melhorias dos prédios públicos, tais como alicates, andaimes, betoneira, bomba d'água, compressor, esmerilhadeira, furadeira, geradores, lixadeira, policorte, serra de madeira, serra de bancada, martetele, parafusadeira e afins.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação, desde que satisfaça as exigências deste edital e esteja devidamente cadastrada no Portal COMPRASNET, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do portal de compras governamentais.

4.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas suas transações efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 - NÃO poderão participar da presente licitação, além dos elencados no art. 9º da Lei 8.666/93:

4.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

4.4.2 - Os interessados que se encontrem, mesmo que indiretamente, sob falência, concordata ou recuperação judicial, (exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente) dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.4.3 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

4.4.4 - Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, quando aplicada pelo Município de Pato Branco.

4.4.5 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública.

4.5 - A participação na licitação e apresentação da proposta implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do art. 41 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.6 - O licitante deve arcar com todos os custos associados à preparação e envio de sua proposta e em hipótese alguma a Contratante será responsável ou estará sujeita a esses custos.

4.7 - Para formulação da sua proposta de preços, a licitante deverá observar o descritivo contido neste edital, bem como as demais especificações e exigidas em editais e seus anexos.

4.8 - Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá informar, em campo próprio do sistema eletrônico, quanto ao atendimento de:

4.8.1 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 se for o caso da licitante;

- a)** Caso a licitante assinale o campo “*não*” nos itens de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ficará impedida de registrar sua proposta para esses itens;
- b)** Caso a licitante assinale o campo “*não*” nos itens de ampla participação de empresas, produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido na Lei Complementar 123/2006 e alterações, mesmo se enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte.
- 4.8.2** - Que está ciente e concorda com as condições contidas em Edital e seus anexos;
- 4.8.3** - Que cumpre os requisitos para habilitação definidas em Edital e que a proposta a ser apresentada está em conformidade com as exigências dispostas em edital e seus anexos;
- 4.8.4** - Que inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação ao certame, e que está ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores;
- 4.8.5** - Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.8.6** - Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.8.7** - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.8.8** - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.8.9** - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1** - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até **três dias úteis** antes da data fixada para a realização do Pregão.
- 5.2** - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.
- 5.3** - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 5.4** - O termo de impugnação ou o pedido de esclarecimento poderá ser protocolado junto a Prefeitura Municipal de Pato Branco na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco-PR, à Pregoeira responsável **ou** encaminhado por meio eletrônico, via e-mail licitacao2@patobranco.pr.gov.br.
- 5.4.1** - Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a pregoeira para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.
- 5.4.2** - A pregoeira não se responsabilizará por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Pato Branco quanto do emissor.
- 5.5** - Incumbe ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante do processo, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento do pedido.
- 5.6** - A impugnação não possui efeito suspensivo
- 5.6.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 5.7** - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 5.8** - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1** - O licitante deverá estar previamente cadastrado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que deverá ser feito junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

6.1.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.1.2 - O Licitante interessado deverá realizar o seu **cadastro** e proceder ao seu **credenciamento** de acordo com os procedimentos do Sistema.

6.1.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este pregão.

6.2 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais junto ao SICAF, devendo mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a sua correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou aqueles que se tornem desatualizados.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA

7.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2 - Serão consideradas inválidas as propostas e documentos de habilitação apresentadas por quaisquer outros meios.

7.3 - O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos em edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha da licitante.

7.4 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.5 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

7.6 - Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 - EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASNET, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

7.8 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as **características do objeto/serviço cotado, informando marca/procedência do produto em campo próprio do sistema, e o percentual de desconto ofertado, em moeda nacional, com até duas casas decimais após a vírgula.**

7.9 - O licitante deve atentar que o desconto apresentado deverá cobrir todos os custos para o fornecimento dos materiais referente ao lote que o licitante for vencedor, custos como encargos sociais, transportes, fretes e qualquer outro que seja necessário para garantir a entrega dos materiais solicitados, conforme especificado neste edital.

7.10 - A licitante vencedora replicará linearmente o percentual de desconto da sua proposta, ao valor de cada insumo que componha o lote que a licitante seja vencedora, proposto na planilha de serviços e insumos da Tabela do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – sem BDI, do Estado do Paraná referência 11-2022, que vier a compor a ordem de serviço requisitada pela Prefeitura Municipal de Pato Branco.

7.11 - O percentual de desconto aplicado em cima da Planilha do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – sem BDI, do Estado do Paraná referência 11-2022 (última versão disponível na elaboração deste processo) será adotado ao longo de todo o contrato.

7.12 - A entrega de materiais será SOB DEMANDA e seguirá os procedimentos listados neste edital.

7.13 - A Planilha do sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – sem BDI, do Estado do Paraná referência 11-2022, é encontrada através do seguinte endereço eletrônico: https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_655.

7.14 - A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.15 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Pato Branco.

7.16 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.17 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.18 - A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

7.19.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.18.2 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Ministério da Fazenda.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

f) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

7.18.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.2.2 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

7.18.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

7.18.2.4 - Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da licitação.

7.18.2.5 - Será considerada microempresa aquela que tiver auferido receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte aquela que tenha auferido receita bruta superior à R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através do balanço patrimonial exigido como comprovação de qualificação econômica no item 7.19.3, a.

7.18.3 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial.

I - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

II - Os microempreendedores individuais deverão apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis como condição de qualificação econômico-financeira, nos termos do subitem 7.18.3, "a".

b) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

c) Certidão Negativa de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

7.18.3.1 - As proponentes que se encontram, mesmo que indiretamente, sob recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar plano de recuperação que já tenha sido acolhido e/ou homologado (quando for o caso) pelo juízo competente.

7.18.4 - DECLARAÇÕES

a) Declaração da Licitante Unificada de idoneidade, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração de comprometimento e cumprimento ao art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93.

7.19 - O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Pato Branco (**DESDE QUE VÁLIDO**) poderá substituir os documentos indicados nos subitens **7.18.1, 7.18.2, 7.18.3**, sendo que é obrigatória a apresentação dos demais documentos.

7.19.1 - Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF) ou no CRC, o licitante deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

7.19.2 - Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de Certidão de Regularidade Fiscal e Trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital, momento no qual a pregoeira passará a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva (lances), os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.3 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

8.5 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.6 - Para o envio de lances do presente processo, o modo de disputa será o modo **"ABERTO E FECHADO"**. Neste modo os licitantes deverão apresentar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.6.1 - A etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Depois desse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente de lances, após o qual transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.6.2 - Encerrado o prazo previsto no item 8.6.1, o sistema abrirá a oportunidade para que os licitantes detentores da oferta de menor preço e das ofertas superiores em até 10% (dez por cento) ao de menor preço possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

8.6.2.1 - A etapa a que se refere o item 8.6.2 ocorrerá de forma sigilosa até transcorrer o tempo indicado.

8.6.2.2 - Na ausência de no mínimo três ofertas nas condições que trata o item 8.6.2, serão convocados, na ordem de classificação, os detentores dos melhores lances, até o máximo de três, para que ofereçam um lance final e fechado no prazo de 5 (cinco) minutos que ocorrerá da mesma forma do disposto no item 8.6.2.1.

8.6.3 - Encerrados os prazos previstos nos itens 8.6.2, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

8.6.4 - Na ausência de lance final e fechado na forma estabelecida no item 8.6.2, haverá o reinício da etapa fechada, oportunizando para os demais licitantes, na ordem de classificação até o máximo de três, possam ofertar lance final e fechado no prazo de 05 (cinco) minutos, que ocorrerá da mesma forma do disposto no item 8.6.2., sendo que após esta etapa será observado o disposto no item 8.6.3.

8.6.5 - Caso não haja licitante classificado na etapa de lance e que atenda as exigências de habilitação, poderá o pregoeiro e sua equipe de apoio admitir o reinício da etapa fechada, desde que devidamente justificado.

8.7 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos no Edital, momento em que encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.7.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

8.9 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade dos valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas" ou resultado de possível negociação.

8.10 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

8.11 - **NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO ITEM 2.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTA EDITAL.**

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 - Para fins de julgamento das propostas será adotado o tipo de "**menor preço**", com critério de julgamento "**menor preço por item**", **considerando a apresentação de desconto linear incidente sobre a Média dos Preços de venda ao consumidor de cada item praticado no Estado do Paraná, divulgados pelo SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)**. Observando as condições definidas neste Edital e seus Anexos.

9.2 - **O percentual de desconto mínimo inicial deverá ser de 1,00%.**

9.4 - O vencedor do certame será a empresa que apresentar o Maior Desconto percentual (considerando até duas casas decimais após a vírgula) a ser aplicado na planilha de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – sem BDI, do Estado do Paraná referência 11-2022.

9.5 - A presente licitação será realizada e julgada com a divisão de itens, conforme segue:

9.5.1 - Itens 01 a 21: Participação exclusiva de empresas enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI, referente à cota de até 25% da quantidade total do item.

9.5.2 - Itens 22 a 42: destinados a cota principal de 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total do item a ser licitada destinada à ampla concorrência, participação dos interessados de empresas no geral que atendam aos requisitos, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

9.5.2.1 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada de participação para microempresa e empresa de pequeno porte (Itens 1 a 21) e a cota principal de ampla participação de empresas em geral (Itens 22 a 42), a contratação de ambos os itens correspondentes deverá ocorrer pelo menor preço.

9.5.3 - O valor apresentado deverá incluir todas as despesas necessárias para fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive quanto ao frete, com cotação em moeda corrente nacional, em até duas casas decimais, expresso em algarismos.

9.6 - Se houver empate, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.6.1 - Na hipótese de persistir o empate, será realizado sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.7 - Nos casos de não haver lances, após a etapa competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 9.6.

9.7.1 - Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.8 - Deverá ser considerado o percentual mínimo de desconto de acordo com o acima indicado, não sendo possível registro de desconto inferior a estes.

10. ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

10.1 - Encerrada a etapa de lances, a pregoeira convocará o licitante detentor da melhor oferta, **item a item**, para que este anexe a PROPOSTA DE PREÇOS no prazo de até 02h (duas horas) úteis, em conformidade com o último lance ofertado.

10.2 - O Pregoeiro poderá solicitar documentos complementares. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.2.1 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários a confirmação daqueles exigidos em edital e já apresentados, nos termos do item 7.1 deste Edital, dentro do prazo estabelecido no item 10.1.

10.3 - Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.4 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: licitacao2@patobranco.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a pregoeira para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A pregoeira não se responsabilizará por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Pato Branco quanto do emissor.

10.5 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.

10.6 - A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA CONTENDO:

10.6.1 - Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a **descrição completa dos itens vencidos, incluindo a marca ou procedência dos produtos e serviços ofertados, quantidade estimada, valor total estimado da contratação e o percentual de desconto proposto, prazo de validade da proposta, mínimo 90 (noventa) dias, conforme modelo de proposta, ANEXO IV deste Edital.**

10.6.2 - Juntamente com a proposta de preços ajustada, a licitante declarada provisoriamente vencedora deverá apresentar para os itens 04, 05, 25 e 26 os seguintes documentos:

- a) Licença Ambiental de Operação ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental, da empresa fabricante do produto, de acordo com a Resolução nº 051/2009/SEMA.
- b) Registro ou inscrição, da empresa fabricante do produto, no Conselho Regional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)).

10.7 - Os Documentos remetidos por meio do Sistema Comprasnet, ou que eventualmente tenham sido enviados através do e-mail, **poderão** ser solicitados em original ou cópia autenticada em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.

10.7.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais ou cópia autenticada quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.7.2 - Neste caso, os documentos, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR, situada no endereço: Rua Caramuru, 271 - CEP: 85.501-064 - Pato Branco - PR, aos cuidados da Pregoeira.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.1 - A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos "sites" na INTERNET.

11.2 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

11.3 - Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no edital dentro do prazo estipulado.

11.4 - Não serão aceitos documentos em forma de 'FAX ou equivalente' e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

11.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:

- a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
- b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz).
- c) em nome da filial, se o licitante for à filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

11.6 - A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do processo.

11.7 - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

11.8 - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

11.9 - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor.

12.2.1 - O prazo para manifestação da intenção de recorrer da decisão da pregoeira iniciará logo após a habilitação das licitantes e será informado via chat, ficando sob responsabilidade das licitantes o acompanhamento das operações no Sistema Eletrônico.

12.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - O recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

12.5 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial de eventuais razões e contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** no âmbito no sistema eletrônico em formulários próprios.

12.6 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, nos dias úteis, no horário de expediente das 8 às 12 horas e das 13h30min às 17h30min.

12.7 - Decididos os recursos, o Prefeito Municipal fará a homologação da adjudicatária.

13. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município convocará o adjudicatário a comparecer, no prazo de até 05 (cinco) dias, para assinar a Ata de Registro de Preços, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93. Nos casos em que o instrumento contratual for encaminhado via correio ou em meio eletrônico, a contratada terá o mesmo prazo para devolução, ou seja, até 05 (cinco) dias contados do recebimento.

14. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1 - A aquisição do objeto será feita de forma fracionada e de acordo com a necessidade e será formalizada por meio da Nota de Empenho, emitida pelo Município, na(s) quantidade(s) e local(is) ali determinado(s).

14.2 - A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, sendo que ficará a cargo da contratada a entrega e descarga do produto no endereço informado pela contratante.

14.3 - Deverão estar inclusos no valor do produto os custos com frete e demais impostos deste.

14.4 - A descarga do produto no local indicado será de responsabilidade da Contratada.

14.5 - A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do fornecimento dos materiais.

14.5 - O recebimento do objeto se dará em duas etapas, sendo:

a) Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, nos termos do Art. 73, II, "a" para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação exigida;

b) Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do Art. 73, II, "b", para comprovação da qualidade e quantidade do material adquirido.

14.6 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

a) A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

14.7 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.8 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9 - As quantidades são estimadas, sendo que no término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total produtos, e conseqüentemente do seu pagamento.

14.10 - O período de vigência do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação do respectivo Laudo de recebimento, da respectiva nota fiscal/fatura com discriminação resumida do objeto fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços.

15.2 - A nota fiscal/fatura deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para cada produto, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, não apresentar rasura e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme.

15.3 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.

15.4 - O cadastro no SICAF vigente, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Pato Branco (desde que válidos), poderão substituir os documentos indicados no subitem anterior.

15.5 - O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

15.6 - Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias (Despesas e Desdobramentos respectivamente) conforme planilha em anexo.

15.7 - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

16. REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

16.1 - Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

16.2 - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

16.2.1 - Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

16.3 - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

16.4 - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

16.5 - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

17. REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

17.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

17.2.1 - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que **comprovadamente** demonstre a inviabilidade de redução.

18. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

18.1.1 - A pedido do fornecedor, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

18.1.2 - Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:

18.1.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

18.1.2.2 - Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

18.1.2.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

18.2 - Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

18.3 - O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

19. ANTICORRUPÇÃO

19.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução da Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

20. SANÇÕES POR INADIMPLEMTO

20.1 - Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

20.2 - Das Sanções Administrativas, conforme previsto no Art. 5º do Decreto Municipal nº 8.441/19:

20.2.1 - As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na Ata de Preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

20.2.2 - As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” do item 20.2.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem “b”.

20.3 - Das Particularidades da Multa, conforme previsto no Art. 7º do Decreto Municipal nº 8.441/19:

20.3.1 - A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente na Ata de Registro de Preços, poderá ser:

a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

20.3.2 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

20.4 - A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

20.5 - Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da Ata de Registro de Preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

20.6 - O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

21.3 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

21.4 - Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

21.4.1 - A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

21.5 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

21.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Pato Branco, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

21.9 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

21.10 - A anulação do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços, ressalvado o disposto no parágrafo único, art. 59 da Lei 8.666/93.

21.11 - O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <http://https://www.gov.br/compras/pt-br/> e estará disponível junto a Divisão de Licitações do Município de Pato Branco.

21.12 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.13 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

21.14 - A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/ endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

21.15 - A pregoeira não se responsabilizará por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Pato Branco quanto do emissor.

21.16 - Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

21.17 - Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

21.18 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

21.19 - CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

21.20 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.21 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.22 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Pato Branco - PR.

21.23 - Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

21.24 - Fazem parte integrante deste Edital:

21.24.1 - ANEXO I - Termo de Referência.

21.24.2 - ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços.

21.24.3 - ANEXO III - Modelo da Declaração de Idoneidade, Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do Contrato, Cumprimento art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93.

21.24.4 - ANEXO IV - Modelo Proposta de Preços.

Pato Branco, 27 de dezembro de 2022

Robson Cantu
Prefeito

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. APRESENTAÇÃO

1.1 - Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 8.574, de 01 de novembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.081, de 02 de janeiro de 2007 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decreto nº 8.441, de 08 de janeiro de 2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 suas alterações e demais legislações pertinentes à matéria, elaboramos o presente Termo de Referência, objetivando a aquisição do objeto abaixo especificado, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

2. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a implantação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, descritos na planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, sem BDI, do Estado do Paraná, referência 11-2022. Atendendo as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Descrição da Tabela	Valor Estimado	% desconto mínimo
EXCLUSIVO ME/ EPP/MEI - ITENS 01 A 21			
1	Metalurgia e derivados (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
2	Carpintaria e marcenaria (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
3	Aço e ferragens (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
4	Cimento, cal, argamassa e derivados de concreto (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
5	Blocos cerâmicos e de concreto (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
6	Marmores e granitos (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
7	Telhamento (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
8	Instalações hidráulicas louças e metais (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
9	Instalações elétricas, telefônica, lógica, tv e audio (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
10	Impermeabilização/isolamento térmico (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
11	Esquadrias e acessórios (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
12	Revestimentos e acabamentos (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
13	Vidros (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
14	Pintura e acessórios (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
15	Elementos em gesso (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
16	Prevenção de incêndios (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
17	Sistemas de drenagem pluvial (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
18	Pavimentação asfáltica (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
19	Sinalização horizontal de vias (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
20	Sinalização vertical de vias (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
21	Locação de equipamentos (cota 25% para me/epp)	80.000,00	1,00
AMPLA CONCORRENCIA - ITENS 22 A 42			
22	Metalurgia e derivados	1.520.000,00	1,00
23	Carpintaria e marcenaria	920.000,00	1,00
24	Aço e ferragens	1.520.000,00	1,00
25	Cimento, cal, argamassa e derivados de concreto	920.000,00	1,00
26	Blocos cerâmicos e de concreto	920.000,00	1,00
27	Marmores e granitos	920.000,00	1,00
28	Telhamento	1.120.000,00	1,00
29	Instalações hidráulicas louças e metais	1.920.000,00	1,00
30	Instalações elétricas, telefônica, lógica, tv e audio	1.320.000,00	1,00

Item	Descrição da Tabela	Valor Estimado	% desconto mínimo
31	Impermeabilização/isolamento térmico	520.000,00	1,00
32	Esquadrias e acessórios	1.520.000,00	1,00
33	Revestimentos e acabamentos	4.720.000,00	1,00
34	Vidros	720.000,00	1,00
35	Pintura e acessórios	1.120.000,00	1,00
36	Elementos em gesso	520.000,00	1,00
37	Prevenção de incêndios	520.000,00	1,00
38	Sistemas de drenagem pluvial	420.000,00	1,00
39	Pavimentação asfáltica	720.000,00	1,00
40	Sinalização horizontal de vias	320.000,00	1,00
41	Sinalização vertical de vias	320.000,00	1,00
42	Locação de equipamentos	420.000,00	1,00
VALOR TOTAL		R\$ 24.600.000,00	

2.2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.2.1 - A tabela SINAPI é mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e informa os custos e índices da construção civil no Brasil, ela é separada por Estado e neste processo licitatório utilizamos a referência 11-2022 da Tabela SINAPI do Estado do Paraná.

2.2.2 - Optou-se por utilizar a tabela SINAPI por se tratar de uma planilha oficial da Caixa Econômica Federal onde os preços dos insumos são coletados pelo IBGE, que realiza a coleta dos dados e disponibiliza através da referida planilha. Com isso o valor dos insumos da referida planilha está de acordo com os valores trabalhados no mercado.

2.2.3 -- O fornecimento de materiais de construção tem como objetivo a realização de obras, manutenção corretiva e preventiva nos prédios públicos deste município.

2.2.4 - Entende-se para o Item 01(cota 25%) e Item 22(cota 75%) "Metalurgia e Derivados": Registra o valor para portão de ferro de abrir, portão de ferro de correr, grade com tubo, grade de ferro, estrutura metálica com tubo 30x40x1,20mm, guarda corpo, grelha metálica, gradil em tela de arame galvanizado e afins..

2.2.5 - Entende-se para o Item 02(cota 25%) e Item 23(cota 75%) "Carpintaria e Marcenaria": Registra o valor para artefatos de madeira de diversos tipos como assoalho, forro de madeira, cavaletes, beiral, ripas, rodapé, sarrafos, tábuas diversas, vigas, caibros, pontaltes, chapas em madeira compensada prensada ou plastificada, compensado naval, divisória em madeira, tacos, madeira serrada em pinus, e afins..

2.2.6 - Entende-se para o Item 03(cota 25%) e Item 24(cota 75%) "Aço e Ferragens": Registra o valor para vergalhão de aço CA50 diversas bitolas, vergalhão de aço CA-60 diversas bitolas, barras de aço, cantoneiras, arames, colunas de aço, treliça, grampos, hastes, telas de alambrado, tela soldada, tela nervurada, barra de ferro retangular e chata, viga I, viga H, viga U, perfil de aço laminado, rufos, calhas, tubos de aço retangular, tubo de aço redondo, chapas de aço e afins..

2.2.7 - Entende-se para o 04(cota 25%) e Item 25(cota 75%) "Cimento, Cal, Argamassa e Derivados de Concreto": Registra o valor para cal, cimento, argamassa, cal líquido, canaletas de concreto, blocos sextavados, piso intertravado, postes, elementos vazados, lajes pré-fabricadas, tubos de concreto, galerias, meio fio, concregrama, lajotas, palanques, caixas de passagem, caixas de esgoto, abrigos, grelhas de concreto, vigas de ponte e afins.

2.2.8 - Entende-se para o 05(cota 25%) e Item 26(cota 75%) "Blocos Cerâmicos e de Concreto": Registra o valor para blocos cerâmicos e blocos de concreto, das diversas medidas e formas.

2.2.9 - Entende-se para o Item 06(cota 25%) e Item 27(cota 75%) "Mármore e Granitos": Registra o valor de pedras de granito, pedra granítica, mármore, rodapé, bancadas, divisórias e afins.

2.2.10 - Entende-se para o Item 07(cota 25%) e Item 28(cota 75%) "Telhamento": Registra o valor para cumeeiras, telhas e afins.

2.2.11 - Entende-se para o Item 08(cota 25%) e Item 29(cota 75%) "Instalações Hidráulicas, Louças e Metais": Registra o valor de abraçadeira para canos de PVC, adaptadores de flange, adaptadores para mangueira, adesivos plásticos, anéis de borracha, borrachas de vedação, boias, caixas d'água, tubos de PVC, curvas, joelhos, luvas, hidrômetros, parafusos para fixação, ralos, registros de: esfera; gaveta e pressão, tampão em PVC, tee, engate flexível, sifão, válvulas, buchas, vedantes, vaso sanitário com e sem caixa acoplada, assento sanitário, cuba de banheiro, pia de banheiro, torneiras de plástico e metal e demais materiais utilizados na manutenção e conservação de sistemas hidráulicos e de esgoto.

2.2.12 - Entende-se para o Item 09(cota 25%) e Item 30(cota 75%) "Instalações Elétricas, Telefônica, Lógica, TV e Áudio": Registra o valor para barras de conduíte, buchas para fixação, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores, interruptores, luminárias, plafon, plug, quadros de distribuição, soquetes, spot, conectores, reatores, torneira elétrica, barramentos, fio e cabos, switches, roteadores, repetidores, modem, gateway, servidores e afins.

2.2.13 - Entende-se para o 10(cota 25%) e Item 31(cota 75%) "Impermeabilização e Isolamento Térmico": Registra o valor referente a manta asfáltica, emulsão acrílica, hidrofugantes, argamassa polimérica, calafetador, hidrorrepelente, poliestireno expandido, espuma de polietileno, espuma de polipropileno, lâ de vidro, manta aluminizada e afins.

2.2.14 - Entende-se para o Item 11(cota 25%) e Item 32(cota 75%) "Esquadrias e Acessórios": Registra o valor referente ao fornecimento de portas em alumínio e madeira de abrir e de correr, janelas de madeira, ferro e alumínio de abrir; de correr; tipo veneziana, caixilhos, batentes, guarnição, baguetes, junção, fechadura interna, fechadura externa, puxador, dobradiça, espuma expansiva, itens de fixação e afins.

2.2.15 - Entende-se para o Item 12(cota 25%) e Item 33(cota 75%) "Revestimentos e Acabamentos": Registra o valor referente a argamassas, azulejos, pisos cerâmicos, porcelanato, pastilhas, rejunte, espaçadores, areia fina, areia média, areia grossa e afins.

2.2.16 - Entende-se para o Item 13(cota 25%) e Item 34(cota 75%) "Vidros": Registra o valor referente ao fornecimento de diversos tipos de vidros de diversos milímetros, fornecimento de espelhos e componentes necessários para fixação.

2.2.17 - Entende-se para o Item 14(cota 25%) e Item 35(cota 75%) "Pintura e Acessórios": Registra o valor para tinta esmalte sintético, tinta acrílica, tinta epóxi, tinta látex, fundo selador, verniz, solvente, massa corrida, textura, lixas, rolos, trincha, cabo extensor, bandejas, pincéis, fitas e afins.

2.2.18 - Entende-se para o Item 15(cota 25%) e Item 36(cota 75%) "Elementos em Gesso": Registra o valor para placas de gesso acartonado com uma e duas faces, guias para placas de gesso acartonado, placas de gesso para forro, moldura de gesso, sanca de gesso, gesso cola, gesso em pó, com guias e afins.

2.2.19 - Entende-se para o Item 16(cota 25%) e Item 37(cota 75%) "Prevenção de Incêndios": Registra o valor para extintores de incêndio, mangueiras de incêndio, hidrantes, esguichos, alarme de incêndio, iluminação de emergência, linha galvanizada, rede de gás, porta corta fogo, porta para saída de emergência, barra antipânico, sinalização de emergência e acessibilidade, spda e afins.

2.2.20 - Entende-se para o Item 17(cota 25%) e Item 38(cota 75%) "Sistemas de Drenagem Pluvial": Registra o valor para guias, sarjetas, boca de lobo, dissipador e afins.

2.2.21 - Entende-se para o Item 18(cota 25%) e Item 39(cota 75%) "Pavimentação Asfáltica": Registra o valor para ligantes betuminosos, emulsão asfáltica, asfalto frio em saco e afins.

2.2.22 - Entende-se para o Item 19(cota 25%) e Item 40(cota 75%) "Sinalização Horizontal de Vias": Registra o valor para tinta viária, tachões, segregadores, balizadores e afins.

2.2.23 - Entende-se para o Item 20(cota 25%) e Item 41(cota 75%) "Sinalização Vertical de Vias": Registra o valor para placas de sinalização e afins.

2.2.24 - Entende-se para o Item 21(cota 25%) e Item 42(cota 75%) "Locação de Equipamentos": Registra o valor referente a locação de equipamentos diversos utilizados na manutenção corretiva e preventiva, conservação, reformas, ampliações e melhorias dos prédios públicos, tais como alicates, andaimes, betoneira, bomba d'água, compressor, esmerilhadeira, furadeira, geradores, lixadeira, policorte, serra de madeira, serra de bancada, martelete, parafusadeira e afins.

3. JUSTIFICATIVAS

3.1 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1.1 Este processo justifica-se para atender as necessidades de manutenção corretiva e preventiva, conservação, reformas, ampliações e melhorias dos prédios públicos que são de responsabilidade do Município de Pato Branco – PR, como: quadras esportivas, escolas, creches, unidades de saúde, CRAS, sede administrativa, sede das secretarias, praças e parques. Para realização dos serviços citados faz-se necessária a aquisição de materiais referentes aos serviços de: metalurgia e derivados; carpintaria e marcenaria; aço e ferragens; cimento, cal, argamassa e derivados de concreto; blocos cerâmicos e de concreto; mármores e granitos; telhamento; instalações hidráulicas, louças e metais; instalações elétricas, telefônica, lógica, tv e áudio; impermeabilização/isolante térmico; esquadrias e acessórios; revestimentos e acabamentos; vidros;

pintura e acessórios; elementos em gesso; prevenção de incêndios; sistemas de drenagem pluvial; pavimentação asfáltica; sinalização horizontal de vias; sinalização vertical de vias; locação e equipamentos.

3.2 - JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA

3.2.1 - A quantidade estimada, foi baseada no quantitativo informado pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, levando em conta o que será utilizado por todas as Secretarias e Departamentos do Município no que se refere a manutenção corretiva e preventiva, conservação, reformas, ampliações e melhorias dos prédios públicos que são de responsabilidade do Município de Pato Branco – PR, como: quadras esportivas, escolas, creches, unidades de saúde, CRAS, sede administrativa, sede das secretarias, praças e parques.

3.2.2 - Ainda, por se tratar de um Registro de Preços, a estimativa é aproximada, não obrigando a administração a adquirir a quantidade total.

3.3 - JUSTIFICATIVA PARA O CUMPRIMENTO AOS ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14.

3.3.1 - O processo licitatório contém itens com cota reservada para participação de ME/EPP, e itens com ampla participação de empresas em geral, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações inseridas pela Lei Complementar nº 147/2014, nos seguintes termos:

3.3.1.1 - Itens 01 a 21, destinados a cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do item a ser licitado, destinado à participação de empresas enquadradas como Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

3.3.1.2 - Itens 22 ao 42, destinados a cota principal de 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total do item a ser licitada destinada à ampla concorrência, participação dos interessados de empresas no geral que atendam aos requisitos, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - A aquisição do objeto será feita de forma fracionada e de acordo com a necessidade e será formalizada por meio da Nota de Empenho, emitida pelo Município, na(s) quantidade(s) e local(is) ali determinado(s).

4.2 - A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, sendo que ficará a cargo da contratada a entrega e descarga do produto no endereço informado pela contratante.

4.3 - Deverão estar inclusos no valor do produto os custos com frete e demais impostos deste.

4.4 - A descarga do produto no local indicado será de responsabilidade da Contratada.

4.5 - A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do fornecimento dos materiais.

4.5 - O recebimento do objeto se dará em duas etapas, sendo:

a) Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, nos termos do Art. 73, II, “a” para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação exigida;

b) Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do Art. 73, II, “b”, para comprovação da qualidade e quantidade do material adquirido.

4.6 - Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

a) A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).

4.7 - Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8 - A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos

danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.9 - As quantidades são estimadas, sendo que no término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total produtos, e conseqüentemente do seu pagamento.

4.10 - O período de vigência do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contado da assinatura da Ata de Registro de Preços.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Edital.

5.2 - Responsabilizar-se pelo transporte vertical e horizontal e entrega dos materiais no local determinado pela Contratante, sendo que deverá estar incluso no valor do produto os custos com frete e demais impostos do mesmo, inclusive carga/descarga, que será de responsabilidade da Contratada.

5.3 - A contratada deverá entregar a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela contratante, sob pena de devolução dos materiais entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital..

5.4 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do registro de preços, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições..

5.5 - Entregar com pontualidade os materiais solicitados, bem como atender as demais condições do Edital.

5.6 - Entregar os materiais em estrita conformidade com as especificações de sua proposta e do Edital, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas..

5.7 - A contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais, responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

5.8 - Deverá observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho vigentes.

5.9 - Deverá obedecer às normas de proteção ao meio ambiente, adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição, conforme legislação vigente.

5.10 - A contratada será responsável por todo e qualquer dano causado aos equipamentos pertencentes a contratante, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados..

5.11 - Todas as despesas decorrentes da entrega do objeto, contratação de pessoas e demais encargos pertinentes, serão de total responsabilidade da contratada.

5.12 - Responsabilizar-se pela entrega dos materiais, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

5.13 - Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

5.14 - Comunicar, imediatamente e por escrito, a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.

5.15 - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos materiais, objeto da licitação.

5.16 - A contratada deverá substituir os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93)..

5.17 - Comunicar a contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos materiais, objeto da Licitação.

5.18 - Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

5.19 - A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.20 - Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos..

5.21 - As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato.

5.22 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do contrato.

6. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA REFERENTE ÀS BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 - As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2 - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3 - Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4 - Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5 - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

6.6 - Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos observados as normas ambientais vigentes.

6.7 - Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.8 - Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.

6.9 - Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

6.10 - Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

6.11 - Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.12 - Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

6.13 - Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

6.14 - Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste edital.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.3 - Designar pessoa responsável para recebimento do produto no local indicado na Nota de Empenho, sendo que este deverá verificar a conformidade do produto com o solicitado na Nota de Empenho.

7.4 - Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste edital, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

7.5 - Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do registro de preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes..

7.6 - Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do item solicitado, sendo que o mesmo atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho e da ata de registro de preços, caso haja

alguma divergência com o produto solicitado e o entregue, solicitar reparo imediato.

7.7 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

7.8 - Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

7.9 - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

7.10 Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.

7.11 - Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

7.12 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

7.13 - Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais para entrega do objeto.

7.14 - Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

7.15 - A contratante poderá rejeitar qualquer material em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua imediata correção.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação do respectivo Laudo de recebimento, da respectiva nota fiscal/fatura com discriminação resumida do objeto fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços.

8.2 - A nota fiscal/fatura deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para cada produto, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, não apresentar rasura e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme.

8.3 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.

8.4 - O cadastro no SICAF vigente, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Pato Branco (desde que válidos), poderão substituir os documentos indicados no subitem anterior.

8.5 - O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

8.6 - Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias (Despesas e Desdobramentos respectivamente) conforme planilha em anexo.

8.7 - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

09. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09.1 - As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias, conforme números reduzidos e desdobramentos que seguem: 7-12145; 17-14905; 28-12133; 38-14906; 49-10843; 63-14907; 75-14908; 85-7237; 139-7238; 111-7239; 124-7240; 135-7241; 152-7242; 158-7243; 254-7244; 208-7245; 165-7246; 176-7247; 259-7249; 222-7250; 236-7251; 195-7252; 245-7253; 302-7254; 283-7256; 321-7257; 335-7258; 365-7259; 378-7260; 383-7261; 409-7262; 393-7264; 426-7265; 433-7266; 456-7268; 483-1883; 467-7270; 1718-7273; 1738-7276; 1683-7279; 1810-7288; 507-7291; 519-3218; 538-7292; 541-7293; 544-7294; 524-7295; 533-7296; 10709-14911; 547-7297; 549-7298; 1357-7299; 10698-14730; 555-7326; 10710-14914; 563-7327; 568-7328; 571-7329; 573-7330; 582-7331; 622-7332; 625-7333; 629-7334; 599-7335; 592-7336; 603-7337; 606-7338; 588-7339; 609-7340; 611-7341; 619-7342; 613-7343; 617-7344; 596-7345; 747-7347; 684-7348; 698-7349; 770-7351; 773-7352; 706-7354; 713-7356; 754-7359; 718-7360; 729-

7362; 779-7364; 736-7366; 763-7367; 645-7368; 660-7369; 788-7371; 783-7372; 797-7373; 887-7374; 811-7375; 862-7376; 868-7377; 871-7378; 817-7379; 829-7380; 834-7381; 844-7382; 903-7383; 910-7384; 850-7385; 874-7386; 820-7387; 10713-14920; 878-7388; 919-7389; 926-7390; 929-7391; 938-7392; 952-7393; 961-7394; 973-7395; 982-7396; 984-7397; 985-7398; 987-7399; 989-7400; 991-7401; 999-7402; 1090-7403; 1013-7404; 1022-7406; 1024-7407; 1033-3469; 1040-7408; 1042-7409; 1076-7410; 1081-7411; 1044-7412; 1046-7413; 1056-7414; 1062-7415; 1084-7416; 1063-7417; 1066-7418; 1087-7419; 1068-7420; 1120-7421; 1106-7423; 1128-7425; 1130-14922; 1135-7426; 1150-7427; 1188-7428; 1198-3502; 1154-7429; 1170-7430; 1202-7431; 1206-7432; 1212-7433; 10720-14923; 1218-7434; 1210-7435; 1229-7436; 1240-3474; 1255-7437; 1267-7438; 1276-7439; 1272-7440; 1274-7441; 1282-14925; 1291-14926; 1300-14927; 1309-14928; 1857-2059; 10276-10345; 1663-7271; 1719-7274; 1739-7277; 1774-7285; 1835-7287; 10702-14909; 1673-7272; 1684-7280; 1751-7282; 1695-7283; 1762-7284; 1840-7286; 1794-7289; 1799-7290; 13024-14910; 1358-7300; 1372-7302; 1404-7304; 1417-4513; 1431-7305; 1448-7306; 1499-7308; 1467-7309; 1478-7310; 1509-7312; 10401-10424; 1527-7313; 1562-7316; 1538-7318; 1568-7319; 1573-7320; 1584-7321; 1590-10425; 1594-10426; 1603-10315; 1618-7322; 1629-7323; 1645-7324; 13682-14734; 13683-14735; 13684-14736; 13685-14737; 13686-14738; 13687-14739; 13688-14740; 13689-14741; 13690-14742; 13691-14743; 13692-14744; 13693-14745; 13694-14746; 13695-14747; 13696-14748; 13697-14749; 13698-14750; 13699-14751; 14873-14912; 13700-14752; 10697-14732; 13701-14753; 1359-7301; 1373-7303; 13720-14729; 1418-4514; 1449-7307; 1479-7311; 1528-7314; 1563-7317; 1646-7325; 410-7263; 443-7267; 484-1884; 177-7248; 303-7255; 485-1885; 1529-7315; 13430-14921; 1121-7422; 1107-7424; 1189-2287; 457-7269; 1014-7405; 670-7346; 774-7353; 707-7355; 730-7363; 14156-14917; 722-7361; 699-7350; 716-7357; 717-7358; 661-7370; 14148-14913; 12205-14915; 12172-14924; 13670-14919; 13668-14918; 14154--14916; 13681-14733; 1720-7275; 1740-7278; 1685-7281; 1419-4515; 10428-14731; 634-7365; 15130-15294

10. REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1 - Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

10.2 - Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

10.2.1 - Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**.

10.3 - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

10.4 - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

10.5 - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

11. REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

11.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

11.2.1 - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que **comprovadamente** demonstre a inviabilidade de redução.

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

12.1.1 - A pedido do fornecedor, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

12.1.2 - Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:

12.1.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

12.1.2.2 - Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

12.1.2.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

12.2 - Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

12.3 - O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

13. ANTICORRUPÇÃO

13.1 - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução da Ata de Registro de Preços nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da Ata de Registro de Preços, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

14. GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 A administração indica como **gestores** do contrato:

- a) Secretário Municipal de Engenharia e Obras, Daniel Parcianello.
- b) Secretária Municipal de Educação e Cultura, Jusara Santos Ritzmann.
- c) Secretário Municipal de Meio Ambiente, Vitor Debastiani.
- d) Secretária Municipal de Saúde, Liliam Cristina Brandalise.
- e) Secretária Municipal de Agricultura, Vanessa Casiraghi Zanon.
- f) Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Alexandre Zoche.
- g) Secretário Municipal de Administração e Finanças, Mauro Jose Sbarain.
- i) Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Giles Cesar Balbinotti.
- j) Secretária Municipal de Assistência Social, Luana Varaschim Perin.
- k) Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Marcos Colla.

14.2 - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 77, 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

14.3 - Compete ao gestor da Ata de Registro de Preços, no que couber, as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 8.296 de 17 de abril de 2018.

14.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

15. FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

15.1 - A administração indica como **fiscal** da ata de registro de preços:

- a) Secretaria de Engenharia e Obras: Jose Wanderlei Safraidier Fausto.
- b) Secretaria de Educação e Cultura: Adernanda Paula dos Santos.
- c) Secretaria de Meio Ambiente: Normélio Bonatto.
- d) Departamento de Iluminação Pública: Gilvan Augusto Nava.
- e) Secretaria de Saúde: Juliano Martins da Silva.
- f) Secretaria de Agricultura: Marcos Jamil Auache.
- g) Secretaria de Esporte e Lazer: Diogo Gasperin.
- h) Secretaria de Planejamento Urbano: Patrícia Vicenzi dos Santos.
- i) Parque de Máquinas: Juliano Belusso

15.2 - Compete ao fiscal da Ata de Registro de Preços, no que couber, as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 8.296 de 17 de abril de 2018.

15.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

16. SANÇÕES POR INADIMPLEMTO

16.1 - Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2 - Das Sanções Administrativas, conforme previsto no Art. 5º do Decreto Municipal nº 8.441/19:

16.2.1 - As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na Ata de Preços.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

16.2.2 - As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do item 16.2.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

16.3 - Das Particularidades da Multa, conforme previsto no Art. 7º do Decreto Municipal nº 8.441/19:

16.3.1 - A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente na Ata de Registro de Preços, poderá ser:

a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.

I - 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre a parte inadimplida.

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

16.3.2 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução da Ata de Registro de Preços.

16.4 - A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

16.5 - Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor da Ata de Registro de Preços e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe a vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

16.6 - O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

**ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos ___ dias do mês de ___ do ano de 2022, às ___ horas, na Sala de Licitações, sita no Edifício da Prefeitura Municipal, à Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, compareceu o Sr. **Robson Cantu**, brasileiro, portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina n.º 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, em Pato Branco - PR, Prefeito e representante do **Município de Pato Branco**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, CEP: 85.501-064 em Pato Branco - PR, de ora em diante denominado CONTRATANTE e _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº____, Inscrição Estadual nº _____ estabelecida na _____, Telefone (xx) _____, Email: _____, representada por _____, brasileiro, inscrito no CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado _____, denominada CONTRATADA, classificada em primeiro lugar para assinar a Ata de Registro de Preços, que tem efeito de compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no Edital e na proposta de preços, referente ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 193/2022, Processo nº 432/2022**, Processo Administrativo nº 10825/2022. **OBJETO:** Implantação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, descritos na planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, sem BDI, do Estado do Paraná, referência 11-2022. Atendendo as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município. **ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:** A tabela SINAPI é mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, e informa os custos e índices da construção civil no Brasil, ela é separada por Estado e neste processo licitatório utilizamos a referência 11-2022 da Tabela SINAPI do Estado do Paraná. Optou-se por utilizar a tabela SINAPI por se tratar de uma planilha oficial da Caixa Econômica Federal onde os preços dos insumos são coletados pelo IBGE, que realiza a coleta dos dados e disponibiliza através da referida planilha. Com isso o valor dos insumos da referida planilha está de acordo com os valores trabalhados no mercado. O fornecimento de materiais de construção tem como objetivo a realização de obras, manutenção corretiva e preventiva nos prédios públicos deste município. Entende-se para o Item 01(cota 25%) e Item 22(cota 75%) “Metalurgia e Derivados”: Registra o valor para portão de ferro de abrir, portão de ferro de correr, grade com tubo, grade de ferro, estrutura metálica com tubo 30x40x1,20mm, guarda corpo, grelha metálica, gradil em tela de arame galvanizado e afins. Entende-se para o Item 02(cota 25%) e Item 23(cota 75%) “Carpintaria e Marcenaria”: Registra o valor para artefatos de madeira de diversos tipos como assoalho, forro de madeira, cavaletes, beiral, ripas, rodapé, sarrafos, tábuas diversas, vigas, caibros, pontalotes, chapas em madeira compensada prensada ou plastificada, compensado naval, divisória em madeira, tacos, madeira serrada em pinus, e afins. Entende-se para o Item 03(cota 25%) e Item 24(cota 75%) “Aço e Ferragens”: Registra o valor para vergalhão de aço CA50 diversas bitolas, vergalhão de aço CA-60 diversas bitolas, barras de aço, cantoneiras, arames, colunas de aço, treliça, grampos, hastes, telas de alambrado, tela soldada, tela nervurada, barra de ferro retangular e chata, viga I, viga H, viga U, perfil de aço laminado, rufos, calhas, tubos de aço retangular, tubo de aço redondo, chapas de aço e afins. Entende-se para o 04(cota 25%) e Item 25(cota 75%) “Cimento, Cal, Argamassa e Derivados de Concreto”: Registra o valor para cal, cimento, argamassa, cal líquido, canaletas de concreto, blocos sextavados, piso intertravado, postes, elementos vazados, lajes pré-fabricadas, tubos de concreto, galerias, meio fio, concregrama, lajotas, palanques, caixas de passagem, caixas de esgoto, abrigos, grelhas de concreto, vigas de ponte e afins. Entende-se para o 05(cota 25%) e Item 26(cota 75%) “Blocos Cerâmicos e de Concreto”: Registra o valor para blocos cerâmicos e blocos de concreto, das diversas medidas e formas. Entende-se para o Item 06(cota 25%) e Item 27(cota 75%) “Mármore e Granitos”: Registra o valor de pedras de granito, pedra granítica, mármore, rodapé, bancadas, divisórias e afins. Entende-se para o Item 07(cota 25%) e Item 28(cota 75%) “Telhamento”: Registra o valor para cumeeiras, telhas e afins. Entende-se para o Item 08(cota 25%) e Item 29(cota 75%) “Instalações Hidráulicas, Louças e Metais”: Registra o valor de abraçadeira para canos de PVC, adaptadores de flange, adaptadores para mangueira, adesivos plásticos, anéis de borracha, borrachas de vedação, boias, caixas d’água, tubos de PVC, curvas, joelhos, luvas, hidrômetros, parafusos para fixação, ralos, registros de: esfera; gaveta e pressão, tampão em PVC, tee, engate flexível, sifão, válvulas, buchas, vedantes, vaso sanitário com e sem caixa acoplada, assento sanitário, cuba de banheiro, pia de banheiro, torneiras de plástico e metal e demais materiais utilizados na manutenção e conservação de sistemas hidráulicos e de esgoto. Entende-se para o Item 09(cota 25%) e Item 30(cota 75%) “Instalações Elétricas, Telefônica, Lógica, TV e Áudio”: Registra o valor para barras de conduíte, buchas para fixação, cabos PP, caixas de tomada, calhas, chuveiros, chaves de ligação, disjuntores, interruptores, luminárias, plafon, plug, quadros de distribuição, soquetes, spot,

conectores, reatores, torneira elétrica, barramentos, fio e cabos, switches, roteadores, repetidores, modem, gateway, servidores e afins. Entende-se para o 10(cota 25%) e Item 31(cota 75%) “Impermeabilização e Isolamento Térmico”: Registra o valor referente a manta asfáltica, emulsão acrílica, hidrofugantes, argamassa polimérica, calafetador, hidrorrepelente, poliestireno expandido, espuma de polietileno, espuma de polipropileno, lâ de vidro, manta aluminizada e afins. Entende-se para o Item 11(cota 25%) e Item 32(cota 75%) “Esquadrias e Acessórios”: Registra o valor referente ao fornecimento de portas em alumínio e madeira de abrir e de correr, janelas de madeira, ferro e alumínio de abrir; de correr; tipo veneziana, caixilhos, batentes, guarnição, baguetes, junção, fechadura interna, fechadura externa, puxador, dobradiça, espuma expansiva, itens de fixação e afins. Entende-se para o Item 12(cota 25%) e Item 33(cota 75%) “Revestimentos e Acabamentos”: Registra o valor referente a argamassas, azulejos, pisos cerâmicos, porcelanato, pastilhas, rejunte, espaçadores, areia fina, areia média, areia grossa e afins. Entende-se para o Item 13(cota 25%) e Item 34(cota 75%) “Vidros”: Registra o valor referente ao fornecimento de diversos tipos de vidros de diversos milímetros, fornecimento de espelhos e componentes necessários para fixação. Entende-se para o Item 14(cota 25%) e Item 35(cota 75%) “Pintura e Acessórios”: Registra o valor para tinta esmalte sintético, tinta acrílica, tinta epóxi, tinta látex, fundo selador, verniz, solvente, massa corrida, textura, lixas, rolos, trincha, cabo extensor, bandejas, pincéis, fitas e afins. Entende-se para o Item 15(cota 25%) e Item 36(cota 75%) “Elementos em Gesso”: Registra o valor para placas de gesso acartonado com uma e duas faces, guias para placas de gesso acartonado, placas de gesso para forro, moldura de gesso, sanca de gesso, gesso cola, gesso em pó, com guias e afins. Entende-se para o Item 16(cota 25%) e Item 37(cota 75%) “Prevenção de Incêndios”: Registra o valor para extintores de incêndio, mangueiras de incêndio, hidrantes, esguichos, alarme de incêndio, iluminação de emergência, linha galvanizada, rede de gás, porta corta fogo, porta para saída de emergência, barra antipânico, sinalização de emergência e acessibilidade, spda e afins. Entende-se para o Item 17(cota 25%) e Item 38(cota 75%) “Sistemas de Drenagem Pluvial”: Registra o valor para guias, sarjetas, boca de lobo, dissipador e afins. Entende-se para o Item 18(cota 25%) e Item 39(cota 75%) “Pavimentação Asfáltica”: Registra o valor para ligantes betuminosos, emulsão asfáltica, asfalto frio em saco e afins. Entende-se para o Item 19(cota 25%) e Item 40(cota 75%) “Sinalização Horizontal de Vias”: Registra o valor para tinta viária, tachões, segregadores, balizadores e afins. Entende-se para o Item 20(cota 25%) e Item 41(cota 75%) “Sinalização Vertical de Vias”: Registra o valor para placas de sinalização e afins. Entende-se para o Item 21(cota 25%) e Item 42(cota 75%) “Locação de Equipamentos”: Registra o valor referente a locação de equipamentos diversos utilizados na manutenção corretiva e preventiva, conservação, reformas, ampliações e melhorias dos prédios públicos, tais como alicates, andaimes, betoneira, bomba d’água, compressor, esmerilhadeira, furadeira, geradores, lixadeira, policorte, serra de madeira, serra de bancada, martetele, parafusadeira e afins. **VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS:** O período de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados da sua assinatura. **CONDIÇÕES DE ENTREGA, PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL:** A aquisição do objeto será feita de forma fracionada e de acordo com a necessidade e será formalizada por meio da Nota de Empenho, emitida pelo Município, na(s) quantidade(s) e local(is) ali determinado(s). A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, sendo que ficará a cargo da contratada a entrega e descarga do produto no endereço pela contratante. Deverão estar inclusos no valor do produto os custos com frete e demais impostos deste. A descarga do produto no local indicado será de responsabilidade da Contratada. A Contratada deverá comunicar a Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do fornecimento dos materiais. O recebimento do objeto se dará em duas etapas, sendo: **a)** Será recebido o objeto do presente contrato, PROVISORIAMENTE, no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, nos termos do Art. 73, II, “a” para efeito de verificação da conformidade do material com a especificação exigida; **b)** Será recebido o objeto do presente contrato, DEFINITIVAMENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do Art. 73, II, “b”, para comprovação da qualidade e quantidade do material adquirido. Se, durante o recebimento definitivo, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação. **a)** A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93). Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado,

reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos ao município ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. As quantidades são estimadas, sendo que no término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total produtos, e conseqüentemente do seu pagamento. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação do respectivo Laudo de recebimento, da respectiva nota fiscal/fatura com discriminação resumida do objeto fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços. A nota fiscal/fatura deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para cada produto, número da licitação, número da Ata de Registro de Preços, não apresentar rasura e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório. O cadastro no SICAF vigente, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Divisão de Licitações do Município de Pato Branco (desde que válidos), poderão substituir os documentos indicados no subitem anterior. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras. Os pagamentos correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias (Despesas e Desdobramentos respectivamente) conforme planilha em anexo. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias, conforme números reduzidos e desdobramentos que seguem: 7-12145; 17-14905; 28-12133; 38-14906; 49-10843; 63-14907; 75-14908; 85-7237; 139-7238; 111-7239; 124-7240; 135-7241; 152-7242; 158-7243; 254-7244; 208-7245; 165-7246; 176-7247; 259-7249; 222-7250; 236-7251; 195-7252; 245-7253; 302-7254; 283-7256; 321-7257; 335-7258; 365-7259; 378-7260; 383-7261; 409-7262; 393-7264; 426-7265; 433-7266; 456-7268; 483-1883; 467-7270; 1718-7273; 1738-7276; 1683-7279; 1810-7288; 507-7291; 519-3218; 538-7292; 541-7293; 544-7294; 524-7295; 533-7296; 10709-14911; 547-7297; 549-7298; 1357-7299; 10698-14730; 555-7326; 10710-14914; 563-7327; 568-7328; 571-7329; 573-7330; 582-7331; 622-7332; 625-7333; 629-7334; 599-7335; 592-7336; 603-7337; 606-7338; 588-7339; 609-7340; 611-7341; 619-7342; 613-7343; 617-7344; 596-7345; 747-7347; 684-7348; 698-7349; 770-7351; 773-7352; 706-7354; 713-7356; 754-7359; 718-7360; 729-7362; 779-7364; 736-7366; 763-7367; 645-7368; 660-7369; 788-7371; 783-7372; 797-7373; 887-7374; 811-7375; 862-7376; 868-7377; 871-7378; 817-7379; 829-7380; 834-7381; 844-7382; 903-7383; 910-7384; 850-7385; 874-7386; 820-7387; 10713-14920; 878-7388; 919-7389; 926-7390; 929-7391; 938-7392; 952-7393; 961-7394; 973-7395; 982-7396; 984-7397; 985-7398; 987-7399; 989-7400; 991-7401; 999-7402; 1090-7403; 1013-7404; 1022-7406; 1024-7407; 1033-3469; 1040-7408; 1042-7409; 1076-7410; 1081-7411; 1044-7412; 1046-7413; 1056-7414; 1062-7415; 1084-7416; 1063-7417; 1066-7418; 1087-7419; 1068-7420; 1120-7421; 1106-7423; 1128-7425; 1130-14922; 1135-7426; 1150-7427; 1188-7428; 1198-3502; 1154-7429; 1170-7430; 1202-7431; 1206-7432; 1212-7433; 10720-14923; 1218-7434; 1210-7435; 1229-7436; 1240-3474; 1255-7437; 1267-7438; 1276-7439; 1272-7440; 1274-7441; 1282-14925; 1291-14926; 1300-14927; 1309-14928; 1857-2059; 10276-10345; 1663-7271; 1719-7274; 1739-7277; 1774-7285; 1835-7287; 10702-14909; 1673-7272; 1684-7280; 1751-7282; 1695-7283; 1762-7284; 1840-7286; 1794-7289; 1799-7290; 13024-14910; 1358-7300; 1372-7302; 1404-7304; 1417-4513; 1431-7305; 1448-7306; 1499-7308; 1467-7309; 1478-7310; 1509-7312; 10401-10424; 1527-7313; 1562-7316; 1538-7318; 1568-7319; 1573-7320; 1584-7321; 1590-10425; 1594-10426; 1603-10315; 1618-7322; 1629-7323; 1645-7324; 13682-14734; 13683-14735; 13684-14736; 13685-14737; 13686-14738; 13687-14739; 13688-14740;

13689-14741; 13690-14742; 13691-14743; 13692-14744; 13693-14745; 13694-14746; 13695-14747; 13696-14748; 13697-14749; 13698-14750; 13699-14751; 14873-14912; 13700-14752; 10697-14732; 13701-14753; 1359-7301; 1373-7303; 13720-14729; 1418-4514; 1449-7307; 1479-7311; 1528-7314; 1563-7317; 1646-7325; 410-7263; 443-7267; 484-1884; 177-7248; 303-7255; 485-1885; 1529-7315; 13430-14921; 1121-7422; 1107-7424; 1189-2287; 457-7269; 1014-7405; 670-7346; 774-7353; 707-7355; 730-7363; 14156-14917; 722-7361; 699-7350; 716-7357; 717-7358; 661-7370; 14148-14913; 12205-14915; 12172-14924; 13670-14919; 13668-14918; 14154--14916; 13681-14733; 1720-7275; 1740-7278; 1685-7281; 1419-4515; 10428-14731; 634-7365; 15130-15294. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Edital. Responsabilizar-se pelo transporte vertical e horizontal e entrega dos materiais no local determinado pela Contratante, sendo que deverá estar incluso no valor do produto os custos com frete e demais impostos do mesmo, inclusive carga/descarga, que será de responsabilidade da Contratada. A contratada deverá entregar a quantidade total solicitada na Nota de Empenho, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se devidamente autorizado pela contratante, sob pena de devolução dos materiais entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no edital. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do registro de preços, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições. Entregar com pontualidade os materiais solicitados, bem como atender as demais condições do Edital. Entregar os materiais em estrita conformidade com as especificações de sua proposta e do Edital, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas. A contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais, responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros. Deverá observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho vigentes. Deverá obedecer às normas de proteção ao meio ambiente, adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição, conforme legislação vigente. A contratada será responsável por todo e qualquer dano causado aos equipamentos pertencentes a contratante, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados. Todas as despesas decorrentes da entrega do objeto, contratação de pessoas e demais encargos pertinentes, serão de total responsabilidade da contratada. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento. Comunicar, imediatamente e por escrito, a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos materiais, objeto da licitação. A contratada deverá substituir os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias (Art. 69º, lei 8.666/93). Comunicar a contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos materiais, objeto da Licitação. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas. Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. As notificações referidas neste item deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor e/ou fiscal do contrato. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do contrato. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como

facilitador(es) das mudanças de comportamento. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos observados as normas ambientais vigentes. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável. Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste edital. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento. Designar pessoa responsável para recebimento do produto no local indicado na Nota de Empenho, sendo que este deverá verificar a conformidade do produto com o solicitado na Nota de Empenho. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste edital, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do registro de preços, para que sejam adotadas as medidas pertinentes. Designar pessoa responsável para acompanhar o recebimento do item solicitado, sendo que o mesmo atestará a entrega, dentro das especificações da Nota de Empenho e da ata de registro de preços e, caso haja alguma divergência com o produto solicitado e o entregue, solicitar reparo imediato. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada. Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso aos locais para entrega do objeto. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos. A contratante poderá rejeitar qualquer material em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua imediata correção. **GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A administração indica como **gestores** do contrato: **a)** Secretário Municipal de Engenharia e Obras, Daniel Parciannelo. **b)** Secretária Municipal de Educação e Cultura, Jusara Santos Ritzmann. **c)** Secretário Municipal de Meio Ambiente, Vitor Debastiani. **d)** Secretária Municipal de Saúde, Liliam Cristina Brandalise. **e)** Secretária Municipal de Agricultura, Vanessa Casiraghi Zanon. **f)** Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Alexandre Zoche. **g)** Secretário Municipal de Administração e Finanças, Mauro Jose Sbarain. **i)** Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Giles Cesar Balbinotti. **j)** Secretária Municipal de Assistência Social, Luana Varaschim Perin. **k)** Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Marcos Colla. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 77, 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos. Compete ao gestor da Ata de Registro de Preços, no que couber, as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 8.296 de 17 de abril de 2018. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas

convenientes. **FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A administração indica como **fiscal** da ata de registro de preços: **a)** Secretaria de Engenharia e Obras: Jose Wanderlei Safrainer Fausto. **b)** Secretaria de Educação e Cultura: Adernanda Paula dos Santos. **c)** Secretaria de Meio Ambiente: Normélio Bonatto. **d)** Departamento de Iluminação Pública: Gilvan Augusto Nava. **e)** Secretaria de Saúde: Juliano Martins da Silva. **f)** Secretaria de Agricultura: Marcos Jamil Auache. **g)** Secretaria de Esporte e Lazer: Diogo Gasperin. **h)** Secretaria de Planejamento Urbano: Patrícia Vicenzi dos Santos. **i)** Parque de Máquinas: Juliano Belusso. Compete ao fiscal da Ata de Registro de Preços, no que couber, as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 8.296 de 17 de abril de 2018. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. **REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:** Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93. Não serão liberadas recomposições **decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, **tampouco fato previsível**. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento. **REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:** O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:** O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões: A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado. Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços. Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado. Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93. O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro. **ANTICORRUPÇÃO:** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por contra própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro da presente Ata, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores hajam da mesma forma. **SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO:** Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. Das Sanções Administrativas, conforme previsto no Art. 5º do Decreto Municipal nº 8.441/19: As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies: Advertência. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Suspensão temporária de participação em

licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração. Declaração de inidoneidade. Descredenciamento do sistema de registro cadastral. As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” do item do Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem “b”. Das Particularidades da Multa, conforme previsto no Art. 7º do Decreto Municipal nº 8.441/19: A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser: de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante. De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais. 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se a vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente. **VINCULAÇÃO:** Esta ata esta vinculada ao Edital de **Pregão Eletrônico nº 193/2022** e à proposta do licitante vencedor. Os itens a serem fornecidos, com seus respectivos valores e marcas, estão relacionados no *Anexo I - Descrição dos Itens Registrados*, que é parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a Sessão, onde foi redigida a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelas partes interessadas

Município de Pato Branco - Contratante
Robson Cantu - Prefeito

- Contratada
- Representante Legal

ANEXO III

MODELO DA DECLARAÇÃO UNIFICADA DE IDONEIDADE, CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO E CUMPRIMENTO AO ART. 9º, INCISO III DA LEI 8.666/93

A/C

Pregoeira do

Município de Pato Branco - PR

Pregão Eletrônico nº 193/2022

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS****A/C****Pregoeira do****Município de Pato Branco - PR****Pregão Eletrônico nº 193/2022**

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____-_____; e-mail _____@_____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem por objeto a implantação de Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, descritos na planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, sem BDI, do Estado do Paraná, referência 11-2022. Atendendo as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Descrição da Tabela	Valor Estimado	% desconto

Prazo de Validade da Proposta é de: 90 (noventa) dias.***A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.***

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal